



“GUARDA-CHUVA” HISTORIOGRÁFICO: UMA ANÁLISE DO LIVRO “HISTÓRIA GLOBAL, HISTÓRIA TRANSNACIONAL E HISTÓRIA DE LOS IMPÉRIOS”, DE BARTOLOMÉ YUN CASALILLA

HISTORIOGRAPHIC “UMBRELLA”: AN ANALYSIS OF THE BOOK “GLOBAL HISTORY, TRANSNATIONAL HISTORY AND THE HISTORY OF EMPIRES”, BY BARTOLOMÉ YUN CASALILLA



Julio Cesar Aquino Teles Ferreira*
Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

 <https://orcid.org/0000-0002-0946-9927>

jcesar.teles@gmail.com

Esta resenha aborda o livro do professor de História Moderna, Bartolomé Yun Casalilla, **Historia global, historia transnacional e historia de los impérios**. A obra foi escrita a partir dos resultados de pesquisas realizadas ao longo de 10 anos e desenvolvidas, sobretudo, no Instituto Europeu de Florença, em uma linha de investigação sobre as aristocracias transfronteiriças europeias do século XVI e XVII, como apresenta o autor na introdução do livro.

Ao tratarmos desse conjunto de ensaios que não foram publicados anteriormente em espanhol, mantendo um olhar para a historicidade e metodologia, pretendemos apresentar as principais ideias de Casalilla ao lado

* Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UNIFESP).

das reflexões historiográficas sobre as abordagens da história global e transnacional. Nosso intuito é demonstrar como essas perspectivas metodológicas, algumas vezes, são utilizadas como uma espécie de “guarda-chuva”, no qual se nota a falta de refinamento metódico e de precisão conceitual, a fim de se definir tanto as potencialidades quanto os limites existentes na sua aplicação.

Na opinião defendida inicialmente, a força da história transnacional está inserida em seu método, que possibilita as histórias entrecruzadas, análises de redes etc. (CASALILLA, 2019, p. 8). Do mesmo modo, a história global se separou de uma história do mundo, para atentar-se aos entrelaçamentos e às múltiplas sociedades entre os espaços distantes (CASALILLA, 2019, p. 9). Ainda no mesmo sentido, a história dos impérios não é nova; com a abordagem global e transnacional, porém, é possível (re)pensar esses espaços vistos de baixo e as relações entre grupos que neles habitam (CASALILLA, 2019, p. 12). Essas novas análises ganharam força a partir do giro linguístico (*linguistic turn*), quando também ocorreu uma virada espacial que inseriu as novas abordagens e métodos. Nesse contexto, a história global e a história transnacional se inseriram no tratamento das relações entre as espacialidades, como na presente obra estudada, que se propõe a estudar o espaço atlântico, europeu, asiático e americano.

Ao pretender escrever uma história da Espanha por outra perspectiva, Casalilla desenvolve sua obra em quatro partes: 1) Teoria, método e perspectiva; 2) História global, história transnacional e história da Europa; 3) O império espanhol e a monarquia composta dos Habsburgo; e 4) Impérios e globalização. Ainda que esse seja o objetivo delimitado pelo autor, parece-nos que ele faz muito mais uma história global econômica da fiscalidade, conforme iremos expor ao longo desta resenha.

Em primeiro lugar, o autor estabelece uma relação entre a globalização do tempo presente e a história global como fruto desse tempo. Todavia,

segundo Sebastian Conrad (2016), no quinto capítulo de sua obra, a história global deve ser diferenciada de uma história da globalização, pois a primeira não é apenas um objeto de estudo, mas também uma perspectiva que possibilita refletir sobre o eurocentrismo.

De acordo com o autor, a história transnacional surgiu como um desdobramento das crises do nacionalismo do século XIX (CASALILLA, 2019, p. 18). Desse cenário, decorreu a necessidade de conectar o global e o local no estudo da Idade Moderna, por meio de uma análise ancorada na história global e transnacional. A novidade nessa relação, para ele, está no fato de que “[...] esta ‘nueva historia global debiera estar en la inclusión de lo local en lo global de un modo más rico y efectivo a como se há hecho durante mucho tiempo.” (CASALILLA, 2019, p. 23).

As histórias locais que aparecem antes do século XIX não possuíam o aspecto entrelaçado que foi adquirido com a história global. Baseando-se em Geertz e Levi, Casalilla afirma que, assim como na micro-história, deve-se observar os princípios gerais nos fatos locais. Além desse jogo de escala, a primeira parte da obra também trata brevemente o problema da multiplicidade linguística com a qual o historiador do futuro terá que lidar (CASALILLA, 2019, p. 35). Apenas na conclusão desse trecho do livro é que o autor parece sugerir que a história global e a história transnacional ultrapassam a dimensão da globalização, entretanto, ele não aponta como nem apresenta os caminhos para a escrita dessa história.

A segunda parte discute três âmbitos: história global; história transnacional; e história da Europa. No segundo capítulo, em contraposição à história nacional da Europa que se difunde pelo mundo (CASALILLA, 2019, p. 44), o autor busca discutir como a história transnacional e a *entangled history* podem contribuir para mudar a visão dessa “velha história” sobre a expansão europeia. A história dos entrelaçamentos permitiria compreender, na história atlântica, as conexões entre diferentes povos, culturas e espaços, sendo esse o

principal aspecto defendido pelo autor (CASALILLA, 2019, p. 49), perspectiva essa que não é nova, ressalta Casalilla, tendo em vista a famosa obra de Fernando Braudel. Contudo, de acordo com o estudioso, isso não retira o aspecto de que essa história é feita a partir de baixo, reforçando a ideia apresentada no primeiro capítulo. Em suas palavras: “El resultado, se dice, será una narrativa histórica que pondrá en entredicho la narrativa clásica desde la perspectiva del marco del estado nación creado en el siglo XIX para sustituirla por una perspectiva trans-‘nacional’ [...]” (CASALILLA, 2019, p. 50). O aspecto positivo dessa visão, demonstrado pelo autor e com o qual concordamos, é a inovação historiográfica de uma história moderna não mais centrada na Europa, já que, na perspectiva transnacional e cruzada, ela seria uma parte dentre outras. Conforme Bárbara Weinstein (2015), a intenção da história transnacional é justamente complicar a história nacional.

Nos capítulos seguintes, Casalilla aborda questões historiográficas recorrentes e como a história transnacional ou entrecruzada pode contribuir para essas abordagens, como a história atlântica e a questão dos intercâmbios da cultura material como um espaço intercultural (discutidas no capítulo 3); o consumo e o mercado nas trocas atlânticas entre Europa, Ásia e África por meio de seus intercâmbios culturais e sociais (abordados no capítulo 4); e a questão imperial nessa circulação material (debatida no capítulo 5) como um acontecimento que ocorreu durante o século XV e XVI não apenas na Europa, mas também na Ásia (CASALILLA, 2019, p. 118-119).

Ao longo de toda a segunda parte do livro, o autor aborda a questão “nacional” – com aspas, como ele enfatiza – considerando que os Estados modernos formados antes do século XIX não eram os Estados nacionais deste período. Ao fazer isso, ele busca fugir das críticas que apontam o anacronismo no uso desse conceito antes de seu surgimento no Oitocentos, visto que, nos Estados modernos, há certa consonância ao se falar de espanhóis, portugueses e afins quando ocorre o encontro com os outros povos em diferentes espaços.

Assim, o estudioso aborda a “nação” antes do Estado-nação para tratar das comunidades imaginadas.

Para Bartolomé Yun Casalilla, a história transnacional é uma perspectiva, e seu método é a história cruzada, conforme se estabelece ao longo de toda a obra. Entretanto, em nossa leitura, muitas vezes o autor não estabelece limites claros ao se referir sobre história cruzadas e/ou comparadas. Desse modo, o estudioso difere de Sanjay Subrahmanyam (1997), que defende que a conexão entre os impérios não deve ser analisada por comparações, mas, sim, por conexões, bem como de Serge Gruzinsk (2001), que trata sobre a monarquia católica como uma zona de interação e interconectividade. Parece-nos que, aqui, há um ponto em aberto na obra, porque, ao não se referir à história conectada, Casalilla não faz o que essa linha metodológica defende, ou seja, ele não separa as conexões das comparações. De acordo com essa metodologia, devemos fugir da história comparada em decorrência do uso que ela faz da chave “nacional”, estabelecendo-a como primazia. O autor busca essa fuga na segunda parte do livro, como apresentaremos adiante.

Na parte intitulada “El imperio español y la monarquía compuesta de los Habsburgo”, especificamente no capítulo 6, Casalilla trata a relação entre as minas de metais nas Américas e o mercado, argumentando que, ao contrário do que defende Pierre Villar e Immanuel Wallerstein, o mercado americano não tinha, no século XVI, todo o potencial que lhe foi atribuído, pois foi apenas no final do citado século que começou a crescer (CASALILLA, 2019, p. 172). Casalilla argumenta sobre o potencial da história comparada para a compreensão da questão econômica do Império Espanhol em relação a outros impérios, como o Império Britânico, por ela permitir uma comparação equânime com parâmetros semelhantes, mas não trata do problema nacional que perpassa tal comparação.

Ainda no tocante à economia, a obra defende que a inflação e a questão da moeda não devem ser analisadas apenas em decorrência da prata e da baixa

economia americana quando visualizada em escala macroeconômica (CASALILLA, 2019, p. 192; 218). Para o autor, devido à autonomia local das cidades, os impostos e a fiscalização variavam de diversos modos, a ponto que a América contribuiu para a manutenção de um sistema institucional e social da esfera fiscal que conduziu diretamente à crise (CASALILLA, 2019, p. 203).

Ao analisar o Império Espanhol (capítulos 7 e 8), a partir da perspectiva da fiscalidade econômica, Casalilla apresenta caminhos para o estudo deste conceito (CASALILLA, 2019, p. 230). Para isso, a sua primeira proposta é compreender a questão imperial junto aos aspectos econômicos e políticos, que são assimétricos – portanto, demandam comparações não baseadas no Estado-nação – e consideram as violências e desigualdades envoltas no processo. O segundo ponto para entender o Império Espanhol, na opinião do estudioso, é pensar não em uma lógica bipolar (metrópole e colônia), mas em uma monarquia composta, cujos interesses do rei, da corte e da Igreja ora se aproximavam, ora se distanciavam (CASALILLA, 2019, p. 240). A terceira sugestão levantada por ele diz respeito ao financiamento na América. Assim como ocorreu durante a ocupação colonial, a obra sugere que, na Idade Moderna, o rei negociou com seus vassallos, inclusive concedendo mercês e poderes locais, para manter seus interesses, de forma que, para o autor, é fulcral considerar o local e o corporativo na articulação do poder imperial; sem esquecer, todavia, do alto grau de corrupção e fraude que vigorou, ao mesmo tempo, nessas instâncias (CASALILLA, 2019, p. 249). A proposta defendida no livro é que se compare “[...] la evolución del ingreso y del gasto de los diversos vireinatos americanos y de España, así como a su dedicación.” (CASALILLA, 2019, p. 254), porque isso possibilita compreender ambos os sistemas – americano e espanhol –, suas especificidades e distinções conforme a temporalidade (CASALILLA, 2019, p. 255). O autor aponta que essa perspectiva permite estudos que comparem, no sentido acima apresentado, o Império Espanhol e o Império Britânico.

Ainda na chave do Império Espanhol e da questão econômica, Casalilla defende que é preciso expandir a análise que fica circunscrita à necessidade de matéria-prima do império e que o insere como “semiperiferia” do Norte da Europa (CASALILLA, 2019, p. 273). A maneira como a aristocracia castelhana utilizou o aparato jurídico do *mayorazgo* e dos empréstimos apoiados em questões hipotecárias singulariza as suas relações econômicas com as coroas de outras regiões europeias e apresenta explicações para a própria crise enfrentada no século XVII por essa classe (CASALILLA, 2019, p. 277), assim como para o crescimento econômico que Castela vivenciou anteriormente (CASALILLA, 2019, p. 279). Dessa forma, o autor sustenta que essa ideia é “[...] muy distinta a la establecida por Wallerstein y a la explicación braudeliana de una secuencia de centros económicos en torno a los cuales giraba una constelación de zonas dependientes.” (CASALILLA, 2019, p. 278).

Logo, o estudioso afirma que não basta considerar a relação econômica das matérias-primas de Castela na constituição de um mercado mundial. Segundo ele, os estudos recentes baseados nas metodologias supracitadas permitem compreender a complexa teia da qual economia castelhana fez parte, sendo que esta não teria seguido o “clássico” esquema de comércio do séc. XVI, bem como possibilitam analisar o crescimento econômico desse período, que foi acompanhado por mudanças estruturais e pelo desenvolvimento econômico paralelo (CASALILLA, 2019, p. 295). Por isso, em termos fiscais, “El resultado fue la creación de un complejo juego de intereses que con el tiempo afianzaría una serie de procedimientos financieros-fiscales conducentes a la castellización del Imperio.” (CASALILLA, 2019, p. 296).

Na última parte, “Imperios y globalización”, o autor trata dos impérios ibéricos na chave da globalização (capítulo 10). Nessa perspectiva, as redes de confiabilidade foram tecidas entre os agentes sociais, tanto no âmbito das instituições quanto por outras vias não formais, como foi o caso da jurisprudência nas Índias, mesmo sob uma tentativa de recopilações das leis

que buscavam ser gerais (CASALILLA, 2019, p. 308-309). Nas relações complexas entre instituições e agentes

[...] se creaban situaciones de dominación compartida en la que estos dos tipos de instituciones se mezclaban de modo inextricable en el ejercicio de la coerción, la creación de confianza y la capacidad de enforcement –es decir, de aplicar las normas–, que no dependían así solo de la letra escrita de la ley, sino también de los usos y convenciones que esas instituciones informales imponían. (CASALILLA, 2019, p. 311).

Segundo a visão do autor, da qual partilhamos, essas abordagens metodológicas permitem vislumbrar uma imagem mais complexa dos impérios ibéricos. Nessa projeção, esses reinados foram compostos por instituições informais que sustentavam os laços de confianças, por instituições formais de controle, coação e domínio colonial, e, finalmente, por sistemas políticos complexos e compartilhados que possibilitaram um exercício do poder dividido, sobreposto e conflituoso (CASALILLA, 2019, p. 312). Isso configura, para ele, a “perversão das instituições perversas”, termo usado na obra para analisar a dificuldade de aplicação imparcial das leis pelas instituições formais (audiências, chancelarias, consulados de mercadores etc.), por conta das instituições informais e das redes sociais (CASALILLA, 2019, p. 316).

As cortes dos vice-reinados foram espaços que exemplificam essa relação social e institucional complexa. Insere-se, nessa discussão, o conceito de corrupção, que caracterizaria essas redes, porque “[...] se trata de redes de amistad y de parentesco y clientelismo que a menudo agrupan [...] a individuos de diferentes condiciones [...]” (CASALILLA, 2019, p. 321). Logo, as redes sociais das instituições informais minaram as instituições políticas e seu caráter multifacetado, na opinião do escritor. Isso, na ótica da globalização, fortaleceu as elites locais economicamente, e, assim, elas converteram o capital financeiro em político e social (CASALILLA, 2019, p. 322). Fica-nos a questão sobre o quanto essa relação centro-periferia, na noção globalizada por Casalilla, não

seria uma leitura eurocêntrica, porque compara, em certa medida, a elite local com a elite imperial. Nesse ponto, a hipótese defendida pelo autor é de que a chave para entender os impérios não é expor as “deficiências” entre modelos, mas comparar as diferentes formas de corrupção, fraude e negociações entre centro e periferia, e entre as próprias periferias, considerando as instituições informais e formais nos diferentes tipos de negociação imperial nessa análise comparativa (CASALILLA, 2019, p. 326).

Outro ponto relevante exposto na obra sobre o império global espanhol diz respeito à circulação de tecnologias e técnicas (capítulo 11). A imprensa foi uma tecnologia, como amplamente difundido pela historiografia, que revolucionou e circulou o conhecimento (CASALILLA, 2019, p. 336). Semelhantemente, as técnicas foram difundidas, como a medicina europeia, que recebeu influência das ervas locais usadas em práticas colaborativas (CASALILLA, 2019, p. 340). Ainda sobre essa temática, o autor relaciona o desenvolvimento econômico às técnicas, todavia, não aprofunda nessa questão e retorna à relação transatlântica dos saberes. Mesmo assim, sustenta a tese de que as redes são mais úteis quando centramos a reflexão mais na ação dos mediadores do que na natureza da própria rede. Foi por conta das “redes débeis”, pelas quais circulavam as ideias, que os impérios ibéricos globalizados não conseguiram controlar o conhecimento e a tecnologia (CASALILLA, 2019, p. 348). Desse modo, ainda que seja evidente a relação entre as tecnologias e a globalização, conforme os exemplos apontados por Casalilla, ambas nem sempre caminharam na mesma direção, tanto que as elites locais americanas utilizaram as técnicas e o conhecimento advindo delas nas negociações com a Coroa hispânica.

Retornando ao debate fiscal, abordado no capítulo 12, Bartolomé Yun Casalilla busca tratar desse tema a partir de uma abordagem global, comparada e transnacional, o que, em nossa opinião, é difícil diante das especificidades que cada uma dessas vertentes pode ter, mas que não são utilizadas pelo estudioso.

Segundo o autor, após apresentar as diversas complexidades e heterogeneidades euroasiáticas, ora usando marcos do Estado nacional, ora rompendo com eles, por meio das diversas abordagens da chamada história global, é possível defender sua tese de que “[...] este volumen apoya esencialmente la tesis de que la formación de los regímenes fiscales puede ser entendida unicamente en términos de una historicidade heterogénea, con sus variados espacios y temporales.” (CASALILLA, 2019, p. 356).

A questão fiscal eurasiática exposta na obra se deu devido à globalização da prata americana, das técnicas militares – obtidas, inclusive, através de missionários que estiveram em distintas partes da Ásia –, das guerras e comércios globais que ocorreram ao longo do Antigo Regime e do fluxo massivo de novos produtos da economia mundial. Além disso, é a comparação entre Ásia e Europa, na opinião de Casalilla, que permite entender o que aconteceu na Europa (CASALILLA, 2019, p. 368), o que nos leva a questionar se isso não se trata apenas de um deslocamento do centro, mas não de uma real descentralização. Segundo o autor, “[...] la distinta capacidad de desplazar los impuestos hacia los ingresos comerciales constituye una diferencia significativa entre estado y distingue a los regímenes fiscales más eficientes, ya sea en Europa o Ásia.” (CASALILLA, 2019, p. 368). Assim, compreender a relação fiscal em uma escola global a partir da história comparada é a chave para entender as complexidades e escapar das simplificações que os modelos econômicos possibilitam (CASALILLA, 2019, 386).

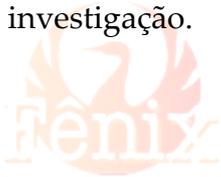
Em nossa leitura, inferimos que a obra de Bartolomé Yun Casalilla oferece, ao reunir vários de seus estudos, um panorama do desenvolvimento dos estudos sobre história global e transnacional. A potencialidade do livro está justamente no fato de demonstrar os caminhos historiográficos que a metodologia permite, rompendo com o paradigma do Estado-nação, como apontado pelo seminário de História Global do Instituto Universitário Europeu,

realizado em 2020: “[...] é precisamente o potencial emancipador da história global – o foco em atores marginais, ou a releitura das narrativas convencionais do estado-nação – que toma essa disciplina interessante para tantas pessoas” (AMMERMANN *et al.*, 2021, p. 3). Outro aspecto relevante da obra é a análise de império por meio da história global e da história transnacional. Mesmo com as possíveis fragilidades existentes ao usar o termo globalização e uma chave comparativa dualista (centro/periferia, colônia/metrópole), o autor expõe aspectos importantes que essa abordagem complexifica, por exemplo, ao explicar as questões fiscais por meio de uma relação global que trazia reflexos de políticas nacionais e internacionais.

Por outro lado, a relação entre a história transnacional fica implícita entre os capítulos, e a utilização do termo “nação” entre aspas não nos pareceu solucionar o debate levantado pela historiografia. Ao mesmo tempo, a falta de diferenciação entre história transnacional e comparada, em nossa visão, faz com que o autor não elabore um refinamento conceitual e aplique ideias distintas dentro da história global. Assim, esse campo de estudos se torna um amplo “guarda-chuva”, em que cabe a história transnacional, comparada, conectada, emaranhada etc. Porém, como desenvolvido por Conrad (2016), a história global tem traços que a tornam uma perspectiva e que a diferem da história mundial. Segundo ele, na quarta parte de seu livro, ao levar em conta as condições locais centrando-se nos fatores de trocas e interações, a história global atinge o macro sem se tornar geral e distingue-se de outros modelos teóricos, como a história comparada (CONRAD, 2016, p. 81-110).

Portanto, a obra analisada apresenta o potencial que a perspectiva da história global e transnacional possibilita para o estudo sobre os impérios. Porém, justamente por esse potencial, exige uma precisão conceitual e metodológica em sua abordagem, porque, como apontaram AMMERMANN *et al.* (2021, p. 9), é necessário “[...] descentralizar para lá da Europa. Não é suficiente adicionar mais locais e examinar as conexões entre espaços diversos.

Um novo ‘centrismo euroasiático’ não chega para repensar categorias desgastadas [...]”. Desse modo, ao mesmo tempo em que as abordagens da história global permitem novos horizontes historiográficos, é preciso cuidado para não se perder nesse caminho apenas sob um amplo “guarda-chuva”. Em outras palavras, há um campo profícuo para novas questões e abordagens a partir da história global, entretanto, é preciso que ela seja feita com exatidão conceitual e deslocamento das categorias; do contrário, será apenas a substituição de um espaço por outro, de um conceito por outro, ou de um sujeito por outro, e não é isso que os historiadores globais pretendem. Como bem colocado por Sebastian Conrad (2016), a história global não pode e não deve ser inserida em todo projeto, mas apenas naquele em que essa perspectiva faça sentido, porque existem outros caminhos metodológicos igualmente válidos, e essa escolha está sempre submissa à questão da pesquisa e aos objetos da investigação.



www.revistafenix.pro.br

REFERÊNCIAS

AMMERMANN, Friedrich Niclas *et al.* Por uma História Global (mais) Justa. **Cyber review of modern historiography**, Florença, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://oajournals.fupress.net/index.php/cromohs/article/download/12559/12099/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CASALILLA, Bartolomé Yun. **Historia global, historia transnacional e historia de los impérios: el Atlántico, América y Europa (siglos XVI-XVIII)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019.

CONRAD, Sebastian. **O que é História Global?** Lisboa: Edições 70, 2016.

GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-196, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X002002007>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *Connected Histories: Notes towards a Reconfigurations of Early Modern Eurasia*. **Modern Asian Studies**, Cambridge,

v. 31, n. 3, p. 735-762, jul. 1997. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/312798>. Acesso em: 14 ago. 2022.

WEINSTEIN, Bárbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. **Revista Eletrônica da ANPHLAC**, São Paulo, n. 14, p. 9-36, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.46752/anphlac.14.2013.2331>. Acesso em: 12 ago. 2022.

RECEBIDO EM: 27/07/2022

PARECER DADO EM: 07/08/2022



www.revistafenix.pro.br